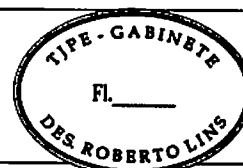




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Impetrante (s): Diego Roberto C. de A. Ugiette
Paciente: Edvaldo da Silva
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. NÃO-CONHECIMENTO. *HABEAS CORPUS* NÃO INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À VERIFICAÇÃO, *IN CONCRETO*, DOS REQUISITOS DA CITADA CUSTÓDIA CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE DO LAPSO DE TEMPO, A SABER, 05 (CINCO) ANOS, EM QUE O PACIENTE PERMANECER PRESO CAUTELARMENTE SEM QUE HOUVESSE SIDO SEQUER CONCLUÍDA A PRIMEIRA FASE DO JULGAMENTO PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI. AUSÊNCIA DE COMPLEXIDADE INERENTE AO FEITO. DEMORA IMPUTÁVEL À OITIVA DE TESTEMUNHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REPUTADA ESSENCIAL. *MANDAMUS* PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. É impossível conhecer da matéria relativa aos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva do paciente, eis que apesar de ter a Douta representante do Ministério Público juntado cópia do *decisum* que a decretou em primeiro lugar, a ausência, nestes autos, de qualquer outra informação ou elemento perfunctório relativo aos fatos que o ensejaram impede a verificação, *in concreto*, das circunstâncias apontadas pela autoridade impetrada no aludido *decisum*.
2. Em que pese não serem fixos ou peremptórios os prazos para a conclusão das várias fases do processo penal, e terem eles a sua duração razoável avaliada à luz das circunstâncias do caso concreto, consoante pacífico entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores e desta Corte Egrégia, tem-se que a mencionada razoabilidade não restou configurada no caso vertente.
3. O paciente encontra-se preso preventivamente não por 03 (três), mas por 05 (cinco) anos, vez que, consoante informações prestadas pela autoridade impetrada, seu mandado de prisão foi cumprido imediatamente após a sua decretação, em 20/11/2009, sem que tenha sido, até o presente momento, encerrada a primeira fase de julgamento no Tribunal do Júri, através da sentença de pronúncia, impronúncia ou absolvição sumária.
4. Tal lapso temporal deveras estendido não se compatibiliza com a natureza do feito em epígrafe, vez que, a teor das informações prestadas pela própria autoridade impetrada, refere-se ele a apenas 02 (dois) acusados e a um único delito, qual seja, o de homicídio qualificado, sem que se tenha notícia de qualquer



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

circunstância que sobressaia da normalidade inerente ao tipo penal ou que implique em maior complexidade para a apuração dos fatos em questão.

5. Em verdade, observa-se que, desde a realização da primeira audiência, ainda está pendente a primeira fase de julgamento perante o Juízo *a quo* não em face de qualquer complexidade inerente ao feito, mas sim em razão das dificuldades encontradas para a localização e intimação da testemunha acusatória Verônica Maciel de Lima, cujos depoimentos são reputados essenciais pelo Ministério Público e pela autoridade impetrada.

6. E, como é cediço, ainda que a oitiva de uma testemunha ou a produção de qualquer outro elemento probatório sejam imprescindíveis à apuração da verdade real ou à garantia da ampla defesa, não podem as dificuldades e atrasos decorrentes de sua efetivação sobrestarem, de forma excessiva ou indefinida, o curso processual e, sobretudo, a prisão a ele associada, sob pena de se transmutar a cautelaridade inerente a esta medida em verdadeira antecipação de pena.

7. *Habeas corpus* parcialmente conhecido. Ordem concedida em face da constatação do excesso de prazo da instrução criminal, determinando-se a revogação do decreto prisional atacado, vinculado ao processo de nº 0001187-49.2007.8.17.0810. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer parcialmente e conceder a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, / / .

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Impetrante (s): Diego Roberto C. de A. Ugiette
Paciente: Edvaldo da Silva
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Diego Roberto C. de A. Ugiette, advogado, através da preambular de fls. 02 a 07, em favor de **Edvaldo da Silva**, apontando como autoridade coatora o Juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Inicialmente, aduz o impetrante que o paciente foi denunciado, juntamente com outro indivíduo, em razão da prática, em tese, do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Assevera, em seguida, que o paciente está a sofrer constrangimento ilegal em razão de excesso de prazo na instrução criminal, considerando que já se encontra preso há 03 (três) anos sem que tenha sido encerrada a aludida fase processual.

Por derradeiro, argumenta que o decreto prisional do paciente não restou devidamente motivado e que, por outro lado, aquele não voltará a delinquir e se compromete em periodicamente informar por petição onde se encontra.

Pede, ao final, a concessão da ordem, com o relaxamento da prisão preventiva do paciente e a consequente expedição de alvará de soltura em favor deste.

Indeferido o pleito de liminar (fl. 17), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 23/27, clarificando, de início, que o paciente e outro indivíduo foram denunciados como incurso nas penas do art. 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal, em razão de terem, alegadamente, efetuado disparos, com *animus necandi*, contra a pessoa de Petrônio Anlsem dos Santos, causando-lhe a morte.

Afirma, em seguida, que restou demonstrada a materialidade do crime, através de perícia tanatoscópica, bem assim que existem indícios de autoria delitiva do paciente, consubstanciados na prova testemunhal até então produzida.

Assevera, por outro lado, que a prisão preventiva do paciente restou fundamentada na garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal, evidenciadas "por tudo que consta nos autos" (fl. 24).

Quanto ao trâmite da ação penal catalisadora deste *writ*, afirmou que a denúncia foi recebida em 20/11/2009, ocasião em que também foi decretada a custódia preventiva do paciente, a qual restou imediatamente cumprida em razão deste último já se encontrar recolhido no COTEL por outros motivos.



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Mais adiante, dá conta das seguintes informações: 1) a primeira audiência de instrução e julgamento foi realizada no dia 31/08/2011; 2) a segunda audiência, designada para o dia 05/11/2012 não pôde ser realizada ante a ausência de testemunhas e da Defensoria Pública; 3) no dia 05/06/2013 foi realizada audiência para a oitiva da testemunha Eptácio Ferreira da Silva e para o interrogatório dos acusados; 3) outra audiência foi realizada em 14/02/2014; 4) a imprescindibilidade do depoimento da testemunha acusatória Verônica Maciel de Lima, antes não localizada, e a alegada complexidade inerente aos crimes contra a vida motivaram a designação de outra audiência, para o dia 15/09/2014.

Por derradeiro, salienta inexistir o apontado constrangimento ilegal, considerando que os prazos processuais não são aritmeticamente determinados, mas estabelecidos à luz da razoabilidade, que entende existir no caso vertente.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 32/33v, opinando no sentido da concessão da ordem, por entender que inexistente razoabilidade no período de não 03 (três), mas 05 (cinco) anos em que o paciente encontra-se preso preventivamente, considerando que os inúmeros atrasos para a realização da primeira fase de julgamento no Tribunal do Júri, ainda pendente, não se justificam diante da ausência de complexidade do feito.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Preliminarmente, observo que a matéria relativa aos fundamentos e pressupostos da prisão preventiva do paciente não é passível de conhecimento por este Juízo *ad quem*.

Isso porque, apesar de ter a Douta representante do Ministério Público juntado cópia do *decisum* que a decretou em primeiro lugar, a ausência, nestes autos, de qualquer outra informação ou elemento perfunctório relativo aos fatos que o ensejaram impede a verificação, *in concreto*, das circunstâncias apontadas pela autoridade impetrada como pressupostos e fundamentos da aludida custódia.

Logo, resta impossível a análise da higidez dos pressupostos e fundamentos indicados no decreto prisional do paciente.

No tocante à alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal, tenho que deve ser conhecida, pelo que passo, por ora, a apreciá-la.

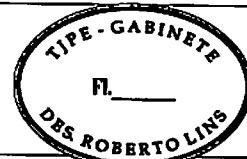
Pois bem.

Como é cediço, à luz do pacífico entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores e desta Corte Egrégia, sedimentado, inclusive, em sua Súmula nº 84¹, tem-se que os prazos para a conclusão das várias fases do processo penal não

¹ "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro dos parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

são fixos ou peremptórios, e têm sua duração razoável avaliada à luz das circunstâncias do caso concreto.

Todavia, em que pese tal ponderação, verifico que a supramencionada razoabilidade do trâmite processual não restou configurada no caso vertente.

Isso porque observo, primeiramente, que o paciente encontra-se preso preventivamente não por 03 (três), mas por 05 (cinco) anos, vez que, consoante informações prestadas pela autoridade impetrada, seu mandado de prisão foi cumprido imediatamente após a sua decretação, em 20/11/2009, sem que tenha sido, até o presente momento, encerrada a primeira fase de julgamento no Tribunal do Júri, através da sentença de pronúncia, impronúncia ou absolvição sumária, como bem destacou a Douta Procuradoria de Justiça em seu Parecer.

Por outro lado, verifico que tal lapso temporal deveras estendido não se compatibiliza com a natureza do feito em epígrafe, vez que, a teor das informações prestadas pela própria autoridade impetrada, refere-se ele a apenas 02 (dois) acusados e a um único delito, qual seja, o de homicídio qualificado, sem que se tenha notícia de qualquer circunstância que sobressaia da normalidade inerente ao tipo penal ou que implique em maior complexidade para a apuração dos fatos em questão.

Em verdade, verifico que os atrasos na marcha processual da ação penal enfocada antecedem o próprio início da instrução criminal, quando, entre a data do cumprimento do mandado de prisão do paciente (20/11/2009) e a data da primeira audiência de instrução (31/08/2011), decorreram quase 02 (dois) anos, sem que tal demora tenha sido ensejada por qualquer ato imputável ao paciente, consoante se depreende dos dados extraídos do Sistema de acompanhamento processual deste Tribunal.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que, desde a realização da citada audiência, a primeira fase de julgamento perante o Juízo *a quo* ainda está pendente não em face de qualquer complexidade inerente ao feito, mas sim em razão das dificuldades encontradas para a localização e intimação da testemunha acusatória Verônica Maciel de Lima, cujos depoimentos são reputados essenciais pelo Ministério Público e pela autoridade impetrada.

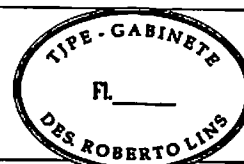
E, como é cediço, ainda que a oitiva de uma testemunha ou a produção de qualquer outro elemento probatório sejam imprescindíveis à apuração da verdade real ou à garantia da ampla defesa, não podem as dificuldades e atrasos decorrentes de sua efetivação sobrestarem, de forma excessiva ou indefinida, o curso processual e, sobretudo, a prisão a ele associada, sob pena de se transmutar a cautelaridade inerente a esta medida em verdadeira antecipação de pena.

Em outras palavras, não se pode exigir que o acusado seja cautelarmente privado de sua liberdade por tempo superior ao que razoavelmente se espera decorrer para a conclusão do processo a que está vinculada a sua segregação.

E, como resta patente, o lapso de 05 (cinco) anos apenas para a conclusão da primeira fase do Tribunal do Júri ultrapassa, de forma patente, qualquer razoabilidade na duração da marcha processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 329571-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Outrossim, cumpre salientar que, como bem destacou a Douta Representante do *Parquet* em seu Parecer, apesar de 01 (uma) das várias audiências não ter sido realizada por ato imputável, em parte, à defesa (ausência do Defensor Público), não foi tal ato que ensejou a subsistente demora no trâmite da ação epigrafada, vez que nenhuma das audiências posteriores deixou de ser realizada e a única pendência para a conclusão da atual fase processual é oitiva de uma testemunha do Ministério Público, como dito *supra*.

Assim, sem que possa este Juízo perquirir a presença efetiva dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva do paciente, como antes indicado, tenho que restaram devidamente constatados, no caso concreto, o excesso de prazo da instrução criminal e o decorrente constrangimento ilegal.

Por via de consequência, e em consonância com o Parecer da Operosa Procuradoria de Justiça, voto no sentido da concessão da presente ordem, para fins de que seja **revogado o decreto prisional atacado**, vinculado ao processo de nº 0001187-49.2007.8.17.0810.

Nestes termos, expeça-se o competente **ALVARÁ DE SOLTURA** em prol do paciente, vinculado ao processo em epígrafe, tombado sob o nº 0001187-49.2007.8.17.0810, para que o paciente seja posto em liberdade, **se por aí não estiver preso**, observando-se, inclusive, o documento de fls. 35/36, que dá conta de todos os demais títulos judiciais em virtude dos quais aquele se encontra custodiado.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado